



Resposta à interpelação escrita apresentada pelo Sr. Deputado à Assembleia Legislativa, Chan Meng Kam

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo e tendo em consideração o parecer do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM), apresento a seguinte resposta à interpelação escrita do Sr. Deputado Chan Meng Kam, de 10 de Agosto de 2015, enviada a coberto do ofício da Assembleia Legislativa n.º 746/E570/V/GPAL/2015, de 13 de Agosto de 2015, e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo em 14 de Agosto de 2015:

Com o desenvolvimento económico, os trabalhos relativos ao tratamento de resíduos aumentaram significativamente, pelo que o Governo, para além de proceder continuamente à avaliação e ao aperfeiçoamento das instalações gerais de tratamento de resíduos sólidos, tem também reforçado as acções de divulgação e educação, dando continuidade ao estudo da redução da produção de resíduos na fonte através de meios financeiros.

1. Para aliviar a pressão sobre o tratamento de resíduos, o Governo planeia, através da cooperação regional e de aterros de solos, proceder ao tratamento e à reutilização de materiais inertes resultantes da demolição e construção, e irá elaborar um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos de Macau, recorrendo a políticas, a incentivos financeiros, ao controlo, assim como ao aperfeiçoamento de instalações de recolha de resíduos recicláveis e infra-estruturas ambientais para reduzir o volume de vários resíduos. Na fase actual, o Governo pretende promover a redução de resíduos,



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
環境保護局
Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental

através de meios financeiros, estando a ser sucessivamente iniciadas as consultas públicas sobre o Regime de Gestão de Materiais de Construção de Macau e o Regime da Limitação do Uso de Sacos de Plástico, estimulando os cidadãos, através de acções de divulgação e educação constantes, a reduzir a produção de resíduos.

O Governo tem alargado a rede de recolha de diferentes tipos de resíduos recicláveis. O IACM instalou 311 postos de recolha de resíduos recicláveis nas vias públicas e 53 para recolha de recipientes de vidro, cooperando com 343 instituições, nomeadamente escolas, associações, instituições privadas, serviços públicos e entidades administrativas de edifícios, assim como com 330 edifícios habitacionais para a construção de instalações de recolha selectiva. A Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA), em cooperação com o Instituto de Habitação, instalou 1018 ecopontos nas habitações públicas recém-construídas, bem como aumentou o número dos postos de recolha nas diversas zonas comunitárias e nos complexos habitacionais privados, através do Programa de “Pontos Verdes”. A DSPA tem cooperado com os serviços públicos, as escolas e as empresas para efectuarem o estudo sobre o tratamento de resíduos alimentares e a respectiva demonstração, de modo a alargar o âmbito de recolha de resíduos alimentares. Neste sentido, a DSPA planeará o primeiro projecto-piloto na habitação pública de Seac Pai Van, instalando equipamentos de tratamento de resíduos alimentares para a utilização dos lojistas e promovendo continuamente a redução desses resíduos através do Prémio Hotel Verde Macau e do Plano de Parceria “Eco-Escolas”. O IACM também instalou equipamentos de tratamento de resíduos alimentares em alguns mercados, bem como ofereceu o mesmo tipo de equipamentos e o apoio técnico às escolas e instituições



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
環境保護局
Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental

sem fins lucrativos, participantes no programa de recolha de resíduos alimentares.

2. Segundo os dados estatísticos, a quantidade de resíduos recolhidos em 2014 pela DSPA e pelo IACM registou uma subida significativa, comparativamente com 2013, tendo sido recolhidas 3013,1 toneladas de papéis, 357,8 toneladas de plásticos, 124 toneladas de metal, 505 toneladas de vidro e 163,4 toneladas de resíduos alimentares.
3. O Plano de Apoio Financeiro à Aquisição de Produtos e Equipamentos para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética (Plano), afecto ao Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética (FPACE), visa conceder apoio financeiro a empresas comerciais e a associações para a aquisição e substituição de produtos e equipamentos de protecção ambiental, com eficiência energética ou de poupança de água, no entanto, uma vez que as actividades ou planos de recolha selectiva já foram organizadas por outra entidade pública, não estão incluídos no Plano, evitando uma sobreposição de recursos. O Governo considera que o Plano, após os quatro anos da sua implementação, atingiu o resultado previsto, pelo que decidiu não prolongar o prazo de candidatura, o qual terminará em 31 de Dezembro de 2015. No futuro, o FPACE efectuará o estudo de outros planos de apoio financeiro, de forma a acompanhar as políticas de protecção ambiental.

O Director,
Vai Hoi Ieong
25 de Novembro de 2015